

ESPAÇO URBANO E PÓS-MODERNIDADE

MURILLO MARX

Professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo

O PODER

Hoje, a já mais que centenária aspiração de ganho imobiliário expandiu, destruiu, reformou, reconstruiu e tornou a reconstruir nossa paisagem urbana. Inventou novas plantas e fachadas para velhas necessidades construtivas, inventou novos programas e arquétipos de edifícios, inventou novos partidos e soluções arquitetônicas. Aí compreendidas as invenções urbanísticas... como a própria palavra *urbanismo*! Dos galpões industriais e estações ferroviárias aos grandes armazéns e cais dos portos, dos grandes bulevares e viadutos aos jardins públicos e privados, dos edifícios com elevador multiplicando inúmeras vezes o piso às lojas com vitrine, lojas de departamento e galerias comerciais. Hoje esse novo espaço urbano, difícil de caracterizar bem em sua riqueza, pobreza ou gama contraditória de soluções, defronta-se, depois de tantas, seguidas e diferentes, com nova arremetida de desafios. Que cidade e com que edilidade desenhar para ou contra o mundo da globalização?

Nestes últimos, pouco mais pouco menos de cem anos, livre o trabalho, logo mais o comércio, mais tarde a terra, o jogo de mercado se impôs, com lógica implacável e previamente explicitada e com balanço sempre postergado. Um outro traçado urbano surgiu, com variantes, com contraposições ousadas, com lógica implacável e incontida. Esta outra maneira de distribuir e localizar atividades e gentes nos legou, e vai presidindo, a cidade em que vivemos, por toda a parte repetida à exaustão e aborrecimento. A cidade, no sentido físico e no de concentração das energias e inspirações

destes tempos, vai rapidamente transformando e retransformando seus ideários e soluções. Quem ou que instância julgará aspectos de uma topografia intraurbana, dependente na sua escala da desterritorialização em curso? Como ponderar exemplos, discussões e dúvidas levantadas em outras bandas para essa mesma escala do lugar, ou para outras escalas que a todos envolvem?

O que tem sido e o que tende a ser o barnabé em nossos dias? Diante de taxas inéditas de urbanização, em regiões menos ou mais industrializadas, de vida urbana menos ou mais sofisticada, de um estado nacional em que preponderam os assuntos da cidade ou que se administram da cidade, em que os meios de comunicação ainda que precária e novidadeiramente vão se oferecendo àquela preponderância e controle, em que o governo local inegavelmente voltou a avançar recentemente, que papel tendem a ter as nossas prefeituras e câmaras de vereadores? E o servidor público municipal, que tarefas terá em todos os seus níveis técnicos, administrativos e de atendimento? No que tange ao manejo do espaço, como atuará diante de um planejamento territorial e urbano que, paradoxalmente, parece despencar como prioridade política? Como e o que fiscalizará diante de um âmbito privado progressivamente enaltecido e um público, o seu, intimidado pelos apelos da terceirização? Em todos os níveis, qual a futura função, referência e dignidade do barnabé? E qual a nobreza que resta para o mandato de vereador?

Em planos distintos, passados cerca de uma centúria apenas da liberação da terra para o negócio entre nós, qual é o papel possível

para cidadãos, edis e empreendedores? Em planos distintos, porque, se atuação possível existe ainda, certamente não é a mesma para cada um desses agentes, como antes não era. Os empreendedores pequenos continuam com limitada capacidade de interferir além das bordas de sua parcela de solo, embora em número incomparavelmente maior; os empreendedores grandes, muito maiores hoje por razões que transcendem o alcance de leis municipais, controles estaduais e as próprias instituições nacionais, potencializaram seu poder de transformar o lugar, a região e todo o território nacional. Contra aquela transcendência sobre as normas de todo o tipo e esta potência crescente empresarial pouco podem, vereadores e prefeitos, para não dizer, tão distantes das questões locais em suas prerrogativas e atribuições, deputados, governadores ou presidentes. E os moradores em sua cidade?

As profundas transformações da economia, enquanto insistem em causar problemas se não traumatismos locais, costumam ser decididas geral e ostensivamente muito longe. Problemas e tentativas de solução que tendem em nossos dias a se acentuar em suas opções geográficas, chegando mesmo a embaralhá-las. Insistem os primeiros em se concentrar nas aglomerações, parecem as segundas provirem de plagas (ou pólos de centralidade) sempre mais distantes. Ao menos tal acentuação de opções quanto a diferentes escalas espaciais serve de triste consolo para legisladores e executivos locais: outros em esferas mais amplas de jurisdição também sofrem dessa sensação e realidade de impotência. Num tal embaralhar de alcance social e escalas espaciais, que tem merecido o especial cuidado de Milton Santos, que participação têm tido e poderão vir a obter empresários, municipais e vereadores na modelagem do seu ambiente local, no planejamento efetivo e eficaz do seu lugar?

Ora, o desenho da cidade riscado sobre o chão implicou em arriscadas iniciativa para o empreendedor e novo “urbanizador”, transação para seu comprador, financiado ou não, e obrigação do governo municipal em regulamentar, aprovar e fiscalizar essas histórica-

mente recentes “urbanizações”. Assim despontou esse traçado arriscado com o advento do mundo industrial, de outra fase do capitalismo, o imperialismo, e de determinada modernização das relações entre o trabalho, o capital e, indubitavelmente também, a apropriação da terra. Com o ocaso não da indústria, mas daquele mundo industrial, em outra fase do capitalismo mundial ainda por bem compreender e batizar (pós-moderna, pós industrial?), diante de outras modernidades oferecidas, que cidade esperar ou fazer? Que risco suportar ou antepor?

A TERRA

Como se fica hoje, quando avança a crença na mais intensa liberação de toda ordem de troca de produtos, de prestação de serviços ou de prédios rústicos e urbanos? Como se fica hoje, quando a produção da fazenda e da fábrica, o negócio da loja e do escritório e o senhorio absoluto sobre qualquer imóvel têm o mundo como clientela? Como se fica hoje, quando as fronteiras geográficas, mesmo as do estado nacional, são ultrapassadas por novos tipos de “corporações” internacionais, poderosas e impalpáveis? Como se fica hoje, quando e contraditoriamente aqueles limites entre o de todos e o de cada um, caros ao próprio liberalismo, tendem a ficar menos claros, como também aqueles físicos entre as áreas comuns e as particulares, todas de domínio absoluto agora, todas propriedades públicas ou privadas?

De fato, nas relações de trabalho uma boa parte, tolerada ou estimulada, vai se constituindo à margem das normas e dos fiscais, classificada como “informal”; outra “formalmente” pleiteia a flexibilização daquelas e a convivência destes. No mercado de capitais as opções se multiplicam e desdobram para o jogo de alguns, sob o beneplácito de responsáveis públicos apenas nominais e com efeito pronto para multidões. No jogo livre de mercado – de liberalidade crescente perante as normas específicas de organização

do espaço urbano ou da promiscuidade declarada entre investidores e regulamentadores – impõe-se uma verdadeira parceria entre o ímpeto de lucro imobiliário lógico do empreendedor, a desorientação do setor público e a confusão completa da população local. Para esta e para a localidade surge uma paisagem literalmente de parceria entre soluções de uso e ocupação do solo aqui e dissoluções acolá. Parceria entre a solução de continuidade e a dissolução de limites...

Em tempos de liberação aparentemente mais intensa dos negócios de todo o tipo, de um Estado a seu serviço por opção ou constrangimento, de cidadãos que se confundem mais e mais com consumidores, insinua-se um retrocesso de conquistas liberais ainda muito recentes em termos espaciais. Como a nitidez desses limites incontornáveis entre áreas públicas e privadas, como a força pelo caráter uniforme e padrão das normas que sobre elas incidem, como o prestígio dos órgãos técnicos competentes para delinear, programar e implementar soluções ambientais. Cada vez mais convivemos com exemplos já óbvios: a indefinição de áreas comuns e restritas num centro de compras, idem em áreas públicas antes claramente “de domínio e uso comum do povo”, o estatuto dos chamados condomínios horizontais *et pour cause* fechados, as concessões ou regalias concedidas pelo poder público a alguns interessados, de variado tipo e incluindo o desregular as normas urbanísticas casuisticamente, como resultado das mencionadas parcerias – termo emprestado do mundo rural, onde sem dúvida por séculos, se não por milênios, tem sido mais transparente –, a perda da autoridade de técnicos, equipes e organismos, responsáveis pela regulamentação e pelo desenho do espaço de todos. Que desenho?

O alinhamento costuma ser nítido, definidor e uma linha de partida para qualquer projeto de rua ou construção. Antes de sua aprovação, antes do próprio desenho, tal linha de testada ou curso de via comanda tudo por uma questão de escritura, de domínio certificado sobre o bem, sobre a propriedade, seja pública, seja particular. Entretanto, assim

como fora contestada em diferentes propostas visionárias de outras relações sociais ou citadinas possíveis, vem sendo mais recentemente menos negada do que confundida. Nos últimos cem anos, quando o alinhamento triunfava por toda parte como expressão do sistema de compra e venda de imóveis, utopias generosas o diluíam como idéia na cidade-jardim ou, mais tarde, o baniam como na solução da super-quadra. Nos últimos anos, contudo, sem buscar alternativas para a ordem social que exige o alinhamento e, pelo contrário, propondo levá-la às últimas conseqüências, interesses setoriais e privados o afrontam e soluções oportunistas e casuísticas se tornam corriqueiras: passadiços aéreos e subterrâneos (no exterior tantas vezes justificados pelo clima rigoroso), áreas públicas se confundindo com as privadas e vice-versa, marquises oferecendo sua proteção efetiva e avanço dissimulado sobre os passeios...

Avanço sobre vizinhos, nunca. Entre vizinhos, de lote e de sorte, entre iguais perante a lei, curiosa ou compreensivelmente, demarcar os terrenos se fez ou motivo de confronto cruento ou, mais comumente, uma atitude de consenso e respeito. Trata-se de assegurar perante as instituições, garantidoras dos mesmos direitos, e entre si o respeito pelo domínio absoluto conquistado sobre um pedaço de chão; o direito, por todos e, o terreno, por cada um. Curioso que essas fronteiras comuns e entre particulares não têm sofrido ameaças perante um quadro de outras mudanças em curso na ordem econômica e social. Avanços e recuos podem se dar, ou convênias, quando se trata do alinhamento, da fronteira entre a área privada e a pública, não quando dizem respeito a limites comuns. Quando muito, vizinhos em um loteamento convencional ou clandestino, em um condomínio vertical ou – até mesmo! – horizontal admitirão porteiras, áreas comuns, servidões de passagem ou um passadiço de segurança... e ainda se constrangidos pelo poder público.

É que a superfície exata dos prédios urbanos, entre outras qualidades suas e antes de todas, se transformou em seu valor virtual e real, pedido, contraposto e acordado, passível

de financiamento e de tributação. Por isso, a área de terreno e a construída interessa ao proprietário, ao eventual comprador e ao fisco... e merece respeito. Como medida desse valor de troca, como padrão, permanece inabalável o metro quadrado, ou, pelo contrário, avança. Avança esse padrão, que se pretende universal desde sua concepção, como outros padrões métricos, enquanto se intensifica com mudanças e alterações profundas a ordem de trocas que o imaginou. Ainda que tais mudanças e alterações incidam sobre o capital imobilizado, e sem dúvida o estão fazendo de inúmeras maneiras, a necessidade e a reverência do padrão, de um padrão, persistem e não se discutem. Qualquer discussão ou novidade em outra fase dessa ordem se dará quanto ao papel e à participação do jogo imobiliário em novas relações que se forem forjando com o capital e o trabalho.

O MORAR

Hoje, em tempos de desterritorialização, vê-se acirrar o jogo do mercado na vida industrial, comercial e de serviços de todo tipo. Percebe-se que, muito antes, tal jogo propiciou o esvaziamento ou a desvalorização de muitas áreas urbanas em prol de outras, a concentração nestas de uma série de empreendimentos diversos, o surgimento de complexos de grande porte, distritos industriais, centros comerciais e de escritórios transformando a vida das cidades, especialmente nas áreas metropolitanas. Diante disso, respostas menos ou mais tímidas – algumas já históricas ou clássicas – de remanejamento urbanístico tentam dar a volta por cima. Entre opções extremas atuais, entre o zoneamento rigoroso e a completa mistura de funções, como vamos dispor ou indispor pelo tecido urbano as gentes, os negócios, os níveis de renda? Como vamos compor fisicamente o espaço urbano?

A rua foi liberada de sua função tradicional de segregar e de congregar, continua a servir ao mercado apesar da concorrência de novos espaços, é vista simples e vulgarmente

mais do que nunca como elemento de circulação, de ligação. Restringiu-se nas atribuições e em nome de uma liberalização em diferentes esferas de vida e de normas correspondentes para a organização do espaço. A mesma liberdade e jogo de mercado acirrado, a mesma ordem não mais buscada nos coloca hoje diante de uma tal via anônima e desinteressante. Circulamos de nossas casas, de edifícios de apartamentos, de condomínios horizontais, para a loja departamental, o supermercado, para o centro de compras, a casa de cultura, para o centro de exposições, a passarela do samba, até mesmo para a “Rua 24 Horas”!

Tudo como quadro físico se uniformiza, em princípio, para fruição das barreiras derrubadas para a circulação das gentes e das mercadorias, para o *laissez passer*. Na prática, essa sociedade e esse mercado livres criarão os seus pontos novos; na uniformidade, as suas novas distinções: “centros” de todo tipo, polos ou distritos, clubes privados, condomínios fechados... À medida que o mercado conquista o tecido urbano como um todo e, com isso, impõe a quebra de antigas ou anteriores hierarquias, a desaparecida travessa como que se vinga da rua em nossos dias. Pois, se tudo é rua, poder-se-ia dizer, de muito pouco tempo para cá, que tudo é travessa, elemento de ligação entre outros mais importantes. Se igualam as antigas travessa e rua na função a que ficaram restritas, de ligar centros disso e daquilo, centros de compra e empresariais, de cultura e educacionais, distritos industriais e de lazer, de ligar vias expressas, auto-estradas, trens suburbanos ou metropolitanos subterrâneos, de superfície ou aéreos. Até mesmo, quanto a esse intensificado circular, a função reduzida da via pública se torna secundária, complementar; elevados e subterrâneos, em outra escala e preferência, coligam pelos seus portões e portarias os fragmentos do mosaico citadino contemporâneo.

Um morar distinto tem buscado, entre outras novidades, a efetivação se não a eficácia dessa liberdade de acesso e de transmissão imobiliária, segundo o jogo de mercado. Entre outras novidades, porque, por um lado, será

um morar condicionado pela capacidade de disputar – livremente – um prédio em termos de preço e, por outro, será um morar atento, primordial e inescapavelmente atento, às oportunidades de oferta de trabalho ou de conquista de emprego. Separou-se a casa do negócio, redesenhou-se a cidade para o negócio. Em tempos de terceirização do trabalho, de um número crescente de atividades no campo e na cidade, de atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços, muitos deles novos e característicos, que lições tirar? Que referência tomar daquela mudança espacial que abriu novos tempos e que, parece, os nossos estão fechando? Que lições tirar desse morar que substituiu então a segregação vertical, entre o residir e o prestar serviços num mesmo ponto, pela segregação horizontal, que separa determinadas comunidades e idênticas atividades e as mistura de outra forma pelo resto da cidade?

Separa-se a casa do negócio, a casa vira em si objeto de negócio. A casa deixa de abrigar o ofício de seu dono enquanto se torna objeto de outros ofícios. Ao lado dos tradicionais, diversas atividades ligadas à construção e a seu equipamento, outros despontaram, como o do loteador, que propicia o chão, o do empreendedor ou incorporador, que financia a construção, o do corretor imobiliário... Essa nova gente passou, com seus critérios e outros interesses, a oferecer e ajudar a constituir um novo modo de morar. Se o seu surgimento em nossos grandes centros urbanos é constatado na segunda metade do século passado, estará o seu desaparecimento em curso? Estará datada sua contribuição como fase em breve superada? Novos recursos de trabalho, novas relações e condições de trabalho ou de emprego da mão-de-obra, novas condições econômicas e sociais trarão de volta o trabalho para casa? O ofício... ou a falta de ofício? Para quem, em quanto tempo, por quanto tempo? Quantos estarão empregados em casa e quantos desempregados na rua? Estaremos quantos negociados, terceirizados trabalhando em casa de portas fechadas? Estaremos logo instalados, sem profissão e sem clientela?

O destino do “lugar” está hoje ao sabor do que se passa em distintas escalas, de um mercado que se pretende livre para a partilha, ocupação e uso do solo, da caprichosa distribuição dos grupos e classes sociais. A tessitura da cidade denota impotência ou subserviência ante esferas decisórias estranhas, iniciativas setoriais arrogantes, modos de congregar e segregar que lhe escapam. O ambiente comum reflete outra página da geografia e da história, cuja plenitude não conhecemos e da qual talvez estejamos nos despedindo: um espaço de liberalidade que se pretendeu liberado, um tempo de liberais que se prometeu libertário.

**KLEBER FERRAZ
MONTEIRO**

Professr do Depto. de Arquitetura da UEL

Gostaria de fazer algumas observações sobre o tema. Observações opostas ao que o Murillo expressou de uma maneira até melancólica, hoje aqui. Afinal de contas, Murillo é um arquiteto moderno (*acho que os sociólogos presentes não sabem muito bem a diferença entre um arquiteto moderno e um pós-moderno*): o arquiteto moderno é aquele que não aceita a “desordem” como ordem, enquanto o arquiteto pós-moderno aceita a “desordem” como ordem. Basicamente, essa é a diferença. Nos últimos duzentos anos, o arquiteto moderno cresceu com a ilusão de uma ordem matemática que uniria economia e ciência ante os grupos sociais, numa única sociedade a ser desenhada por ele.

E nós sabemos que está na gênese da modernidade uma tendência contrária a esse espírito matemático de união, que é a tendência à dispersão, à conquista da liberdade individual. Essa conquista da liberdade individual leva a outros desdobramentos, a outras individualidades. Sabemos, também, que cada individualidade tende a construir seu espaço, a

moldar seu espaço de acordo com uma projeção mental, como uma obra de arte. A cidade é uma obra de arte. A rua, a praça, é uma expressão do indivíduo; cada canto da cidade representa algo desse mundo interior do ser humano.

Então, se pensamos na cidade evoluindo - cada vez mais - para as divisões, pensamos também em uma cidade em perpétuo conflito. Aí está a semente de algo que os modernos não suportam: as oposições ideológicas, culturais, econômicas, oposições de toda ordem. Aqueles que vivem em Londrina há mais de trinta anos devem ter notado que Londrina passou de uma cidade moderna para uma cidade pós-moderna num período muito curto, ou seja, a rua principal, que era a avenida Paraná, era um ponto de encontro entre as pessoas até meados da década de 70. Quer dizer, a avenida Paraná cumpria o papel de main street, de rua principal. Alí, aquela pequena sociedade homogênea, que trabalhava com a riqueza do café, conseguia se encontrar. A cidade não oferecia todas as possibilidades que oferece hoje, em termos de vida, de representação dessa sociedade. Não havia universidade, ou seja, a cidade ainda não abrigava o homem científico que quer se caracterizar, que constrói o seu próprio espaço. Não havia ainda a cidade pluralista, a cidade da classe média, a cidade dos serviços. Era uma sociedade mais homogênea.

No momento em que a cidade começou a crescer, começou a multiplicar suas individualidades, começou a se separar. Provavelmente, a primeira metacidade foi a cidade universitária, ou seja, a concepção de que a cidade do cientista não poderia ser a mesma cidade do agricultor. Aí, na época, distanciados alguns quilômetros do centro, foi feita essa utopia que vivemos hoje. Isso foi apenas o princípio da expressão dessa pluralidade que não tem fim.

Logo em seguida, observamos o surgimento de uma classe média muito abastada que se separa do centro e constrói um bairro paralelo, de classe média alta, entre as avenidas Higienópolis e JK. Então, temos outra cidade, que abandona a cidade original, pois

esta já não cumpre seu papel centralizador, deixando de existir um único centro primitivo. A nova cidade cria um pseudo-centro, com comércio, áreas de lazer, etc.

Logo temos o surgimento de uma outra metacidade, que é o shopping. A partir de uma pesquisa de mercado, chega-se à conclusão de que Londrina precisa de um centro comercial idealizado. Surge o Shopping Catuaí, também metacidade, distante, quase um castelo, uma forma particular, um verdadeiro paraíso, uma paisagem com trezentos e sessenta graus de amplitude, onde não se avista nada do conflito da cidade original.

O fenômeno mais atual de manifestação dessas diversas cidades é o condomínio horizontal, ou seja, uma demonstração da necessidade de superar as limitações do edifício vertical que se construiu abaixo da avenida Higienópolis. É a volta à idéia primitiva de casa com lote urbano e a idéia idílica do jardim. Aí começam os conflitos mais interessantes e mais graves dentro da cidade, porque, de repente, cria-se um bairro inteiro murado que interrompe todo o fluxo, todo o trânsito da cidade, e a legislação urbana atual não contempla e não admite esse tipo de problema. Mas existe uma forma de burlar a lei, que é fazer primeiro o condomínio com uma série de quarteirões e, só depois, é pedido que seja murado. São artifícios que não foram bem resolvidos do ponto de vista da organização da cidade. Ma a exigência está aí e a cidade atende a essa exigência. Neste momento, Londrina está crescendo com uma série de condomínios horizontais, como se fossem cidades idealizadas à margem desse cinturão urbano, como um pedaço de Cambé¹.

Que fenômeno é esse? É o fenômeno recente da individualidade conquistada. O fenômeno dessas classes que querem criar seu espaço particular, onde tudo o que idealiza em termos de mundo esteja presente no habitat: teto, lazer, troca de serviços são colocados nessa pseudo-cidade. Estamos falando não mais de uma cidade no sentido primitivo

¹ Cambé é um município vizinho de Londrina e bastante próximo ao Shopping Catuaí.

vo/moderno, com uma estruturação homogênea desenhada por um homem ou por um único grupo, mas sim de uma cidade vista no sentido de uma colcha de retalhos, ou seja, de uma nova ordem na qual os urbanistas não estão preparados para resolver.

Isso porque eles usam os mesmos métodos primitivos de controle do desenho, esquecem os métodos de organização dessa nova ordem social que começa a construir a cidade. Acho que o desafio para arquitetos e urbanistas - gente que trabalha nos órgãos públicos, no sentido de criar um a um esses mundos particulares - é compreender como se dará a passagem de um mundo para outro dentro de um sistema de ordenação da paisagem. Vamos pensar sempre assim: dar ordem a esse caos geométrico, transformando o caos orgânico em ordem orgânica.

Já temos alguns exemplos muito interessantes desse tipo de trabalho. A cidade já é, de certa forma, um grande exemplo. A cidade existe, as pessoas estão vivendo, transitam, vão do shopping à universidade, da universidade ao condomínio horizontal, para o interior dos muros. Já estamos habituados a viver essa pluralidade, só não estamos ainda habituados a encontrar uma ordem formal entre esses diversos mundos complexos que se organizam. Tanto aqui na universidade quanto no mundo da teoria ainda não surgiram respostas capazes de superar o pessimismo na paisagem moderna, o seu olhar é interrompido a cada metro pelo surgimento de um outro mundo, de um outro topos, de heterotópias. A essa nova ordem temos que nos habituar, porque é a ordem da liberdade, mais da liberdade do que a ordem moderna dos iluministas que, na realidade, não era tão livre assim. Os iluministas eram livres para pensar entre um grupo fechado, mas não eram livres para admitir conflitos.

Seria um tema interessante para debater, a superação do pessimismo em relação à cidade moderna - que é a da ordem única - e a aceitação dessa nova ordem, orgânica, de agregação entre partes independentes. Que futuro isso poderá ter para nós que estamos moldando o espaço?

De modo particular parabeno o departamento de Ciências Sociais que está trazendo para nós docentes e estudantes de ciências sociais e outros cursos, pensadores e pesquisadores, com reflexões que poderão nos ajudar a entender uma série de problemas que se encontram presentes no mundo em que vivemos e de modo particular fazem o dia a dia de nossas cidades.

A conferência do professor Murillo Marx foi muito importante e suas análises bastante profundas, e confesso me terem suscitado alguns questionamentos por se tratar de um estudo vigoroso em termos de compreensão da arquitetura, do urbanismo, enfim do modo de vida da cidade hoje, redimensionando aquilo que conhecemos. Lamento não ter tido acesso antes, como debatedor, ao conteúdo da própria conferência, para poder colaborar mais apropriadamente com algumas sugestões. Doutra feita, a análise realizada pelo segundo conferencista, prof. Kleber deixou-me também com algumas indagações, uma vez que faço uma outra leitura do contexto histórico e social da cidade de Londrina.

As idéias do professor Marx foram expostas de modo tão abrangente que ocasionaram uma verdadeira viagem no tempo em busca da questão da cidade e da globalização. Seu percurso histórico foi longo ao trabalhar a questão do urbano, com suas referências calcadas em David Harvey, Milton Santos e outros autores que se preocupam com essa temática. A partir do que, trabalhando com um quadro teórico idêntico eu perguntar-lhe-ia o seguinte: sua idéia de cidade, estaria circunscrita na sua fala a idéia de urbano - local de consumo?

O acentuado enfoque da questão dos serviços, na sua exposição, caracteriza de certa forma a cidade tida mais como um meio de consumo. Deixando de lado a relação entre o **espaço local e o espaço da globalização**, inicialmente anunciada, configurando com

isso a cidade fora de sua região e toda a rede urbana da totalidade do seu território de que faz parte. Dessa forma, não estamos perdendo um pouco o entendimento e a conceituação da cidade-urbano moderno ou mesmo até pós-moderno como querem alguns autores?

Na relação tempo/espaço em que o **meio urbano** hoje se coloca, as cidades e de modo particular as de porte médio, bem como as metrópoles, estão estritamente ligadas e circunscritas a uma dinâmica nova, a um elemento importante, que é a questão dos meios de comunicação, principalmente a **informática**. E a partir daí, uma nova compreensão de **tempo** e **espaço** redimensionam o conceito de cidade. Milton Santos mostra que as cidades, hoje se estruturam pelo poder que têm de informar e de articular as várias dimensões do que se passa no seu entorno e no mundo, através da possibilidade de organizar e gestionar um amplo processo informativo de possíveis respostas. Aí sim ela tem, sem dúvida, no espaço da sua região, uma dimensão maior desse **urbano globalizado**, não circunscrito à questão puramente local. É o espaço e tempo moderno, das cidades modernas, a partir do momento em que o pós-moderno se instala, ainda que alguns autores digam, que nem sequer concretizamos a modernidade e já estamos falando da pós-modernidade.

Gostaríamos de apresentar outra questão: a cidade foi apresentada aqui como **a cidade do consumo**. E **a cidade da produção**? E as outras relações, de poder, do Estado, da política, dos momentos outros que perpassam o tempo e o espaço das cidades? Essas relações são tão ricas quanto aquelas e não devem se perder na análise para não se reduzir a cidade àquele determinado espaço físico onde as pessoas caminham e consomem, esquecendo toda a outra dimensão do que a cidade de fato é. Uma cidade como Londrina, por exemplo, exerce uma liderança pelas condições que oferece, ligada aos meios mais modernos de comunicação e demais padrões de satisfazer às necessidades de sua população no que diz respeito ao vasto leque das relações acima descritas, tanto em nível de região quanto global.

As questões de **tempo e espaço** do moderno mundo de hoje, estudadas até a partir de pequenas realidades locais quaisquer que sejam, redimensionaram essa visão de cidade e de espaço urbano que trabalhávamos como se fosse algo sem sentido, falar sobre “aquela cidadezinha.” Debruçarmo-nos a discutir verticalização, tipos de prédios, avenidas, ruas, viadutos, etc. é muito importante. Mas analisar a cidade só como meio de consumo desse tipo, dissociada de sua região e de seu território pode, em determinado momento, parecer uma análise pobre. Gostaria, contudo, de acrescentar a esse dia de estudo essa análise, hoje muito divulgada em diversos trabalhos sobre **a cidade e a questão urbana** redimensionada no seu tempo, no seu espaço local e regional, colaborando com as questões aqui propostas pelo professor Marx, como também pelo professor Kleber.

A leitura de Londrina, da avenida Higienópolis feita pelo professor Kleber, foi muito sugestiva, ao analisar as expectativas da burguesia quando se instalou naquela região, em relação à localização e definição do seu espaço e usufruto do mesmo. O que para mim ficou claro é que, a partir do momento em que o comércio começou a penetrar na avenida Higienópolis, com parada dos ônibus à porta das residências, gente nas calçadas, com o atendimento de pequeno mercado ambulante, a burguesia não suportou, sentiu-se muito invadida e seu mundo devassado. Mudou-se para o Shangri-lá. Foi a opção daquele momento, na década de 50. Um local privilegiado, com um planejamento muito bem feito.

Mas junto ao Shangri-lá 1, surge o Shangri-lá 2 e um assim também considerado Shangri-lá 3. Depois o Jardim do Sol, e a linha do trem relativamente próxima e um pouco mais em baixo a favela da Caixa Econômica. Tudo isso traz um certo incômodo. Dessa forma, uma nova opção como bairro “chic” londrinense na década de 60, foi o Aeroporto. A Avenida Santos Dumont e adjacências eram expressão máxima de prestígio. O Aeroporto local do encontro, com a chegada e saída de grandes fazendeiros, muitos deles com seus próprios aviões ainda que de peque-

no porte, davam a Londrina uma importância significativa como capital regional. E o bairro por sua vez espelhava essa pujança. Mas vieram as mudanças. A chegada dos aviões de grande porte e todo o transtorno que os grandes aeroportos trazem, as crises do café, transformações na estrutura da economia local, crescimento do comércio e como resposta à expectativa de reassentamento da elite, na transição dos anos 60 para as décadas 70/80 desponta a colina do Quebec e depois para o Lago Parque, Bela Suíça e assim por diante.

O professor Kleber em sua abordagem sobre as várias formas de estruturação da cidade, mostrou que a ordem anterior acabou sendo desorganizada. No entanto esses são os momentos que traduzem a relação espaço-físico e espaço-social da segregação, a partir do meu ponto de vista. Essa é uma cidade que nasceu, como dizem os autores: Prandini e Muller com seus espaços segregados.

Atrás da linha de ferro havia outra cidade. Era a cidade do lado de cá da linha e a cidade do lado de lá da linha. A cidade sempre teve esse processo de segregação: a cidade do rico, *nouveau-riche*, e a cidade daqueles que vieram como força de trabalho e que não tinham lugar melhor para morar a não ser as vilas distantes e carentes de infra-estrutura. E como contribuição ao debate, acho que não se trata apenas de uma desorganização. A partir dessa leitura, perguntaria ao prof. Kleber, arquiteto, como os urbanistas propõem superar uma série de dificuldades, que ao meu ver existem na organização desse espaço urbano, uma vez que o uso da terra, o solo urbano, atende a diversas implicações político-econômico-sociais.

Nesse ponto retorno ao professor Marx, terminando minha intervenção sobre a **cidade - o meio urbano**, colocando a **problemática** em todos os seus desdobramentos: **de quem é a cidade?** Essa é uma das questões que considero importante e que Milton Santos trabalha quando interroga: **de quem é a cidade? Quem planeja a cidade? Para quem se planeja a cidade? Como se planeja a cidade? Com quem se planeja a cidade?**

Acredito que essa questão os senhores poderão muito nos ajudar a entender e analisar.

Obrigado.

MURILLO MARX

Professor da Faculdade de Arquitetura da USP

Agradeço os elogios, e vou responder a meus dois colegas de mesa de forma conjunta, certamente alterando a ordem em que colocaram, muito bem, suas observações. E já vou dando uma resposta a meu amigo Kleber, que muito me impressionou quando se referiu a uma melancolia no meu texto. Lamento ter passado essa impressão, mas não é melancolia não – é revolta, pelo meu estado de estupefação e de não encontrar saídas; pelo meu estado de pouca clareza no entendimento, na apreensão do que está aí. Aí sim, melancolia e sentimento – em relação à fala do professor João Batista – não de ajudar, mas talvez como Chacrinha, de ajudar a confundir.

Em parte, essa tristeza, essa eventual melancolia, se melancolia tenho, não é diante do que está aí, mas diante de nossa postura frente ao que está aí, no âmbito das ciências humanas, no âmbito de cultura, e aí incluo a arte e a arquitetura, que são o meu espaço. No âmbito da minha república, que ainda se chama Brasil, num estado que é um dos mais ricos do Brasil, o Paraná, nessa cidade de Londrina, que é um centro de gravidade do período histórico que trouxe esse mundo em que a terra passou a ser negócio, esse mundo em que o comércio – isto é recente, e não apenas no Brasil – passou a ser codificado, regulamentado (palavra que virou pecado, atualmente). Esse mundo, que fez o nosso contemporâneo, que se consolidou com a proclamação da república, ainda ontem, que deixou de estar calcado no trabalho gratuito, escravo, ainda ontem; esse mundo, dessas novas liberdades e dessas normas, é muito recente e já está tendo sua página virada. Nesse mundo

não sei se meu país entrou e sei que já está saindo.

Mas não é o mundo novo que está aí que me preocupa e sim, nossa falta de ação. Esse mundo, essa página que vai sendo virada, de pouquíssimos anos para cá, é natural que nos deixe desinstrumentalizados, estupefatos, sem ação em todos os níveis, inclusive no meio universitário. Porém, talvez, não estejamos enxergando claro por ser tão pouco tempo. Respostas claras não podemos ter, mas as perguntas – isso é importante – temos obrigação de fazê-las. E aonde há iniciativas para isso? Quais os critérios, por exemplo, no meio acadêmico, para estimular, levantar questões, propiciar fóruns de debate que não fiquem na superfície? Sem dúvida, os que decidiram e organizaram este Seminário.

E aí eu me refiro à observação pertinente e oportuna do professor João Batista, em relação às cidades frente à produção. No âmbito das ciências sociais, das ciências que têm que discutir, que têm, às vezes, de encarar coisas desagradáveis, que incomodam, como o conflito das idéias, o conflito de classes, o conflito de grupos sociais, ou contradições mais agudas, vai ser muito difícil mesmo, porque nós somos “chatos” e incomodados e só seremos gente na medida que incomodarmos. Essa é minha opinião.

A segunda anotação que fiz sobre a intervenção do professor Kleber, diz respeito a como nos portamos perante as coisas. Ele tem toda razão no percurso histórico que fez, especificamente para o mundo da arquitetura. Para o mundo do desenho, da composição da cidade. Mas a cidade reflete uma sociedade... Milton Santos – mais uma vez, hoje já nos referimos a ele várias vezes – notou isso: a sua forma interfere, condiciona essa sociedade; mas são as relações entre os homens, em certo momento da história, que conformarão a cidade assim ou assado. Depois estabelecem um diálogo com esta forma realizada e a reformam, eventualmente. Não é, a meu ver, o caos em termos de geometria ou o caos em termos – já para provocar – de organicidade, que parece estar em jogo, ou veio em primeiro lugar. Mas sim um caos, uma desordem, que

está no plano mundial, em termos de sociedade no sentido mais amplo.

Que desordem aplaudir? Não me refiro à física, espacial, não é essa a desordem que devemos encarar em primeiro lugar. Parece-me que é mais uma desordem do mundo que se reordena com uma nova ordem fortíssima, prevendo a desordem, pregando a liberdade, em que nós, a imensa maioria, vamos sucumbir, literalmente como “gente”, como ofício, como atividade. Sucumbir, como já estão desaparecendo profissões, como já estão diminuindo mercados, nessa oportunidade “maravilhosa” que se abre no mundo de forma trulenta.

Ficar inerte frente a isso? Não é melancolia; pode ser revolta, melancolia não é. Por isso não fiquei constrangido hoje em aportar com tantas e cansativas perguntas sucessivas. À cidade moderna ou pós-moderna – e aí estou me referindo às observações diferentes e seguidas dos dois colegas de mesa – é preciso perguntar mais uma vez: que moderno é esse? De que modernidade se fala? Entendi que o professor Kleber se referia ao moderno quando falou em artes plásticas e, mais especificamente, em arquitetura. Alguns preferem chamar de modernismo ao movimento que respondeu, no nosso século, a uma aspiração de modernização, entre os anos 20 e 40; por toda parte, com várias modernidades aspiradas, por vezes com comportamentos contraditórios, se não opostos. Vou dar um exemplo: no anos 30, a tal arquitetura moderna a que se referiu Kleber, e outras artes e outras contribuições nas quais o Brasil veio a se destacar, respondia a determinada aspiração de modernidade que não era a mesma que tinha trânsito, que tinha todo o aplauso, a exclusividade, na Itália e na Alemanha de então. Refletiu-se esta nas artes? Sim; há filmes, documentários maravilhosos sobre isso. E refletiu-se como aquela na paisagem de nossas cidades, pelo menos do Rio e de São Paulo.

No plano do urbanismo, homens como Alfred Agache, o mais eminente urbanista de seu tempo, ainda na República Velha, veio planejar o Rio, a capital federal. Na mesma época, veio para cá um senhor Le Corbusier

que tinha outras visões, outras imagens, outras propostas de cidade contemporânea na cabeça. Na mesma época, veio o senhor Frank Lloyd Wright, eminentíssimo arquiteto, com propostas radicalmente distintas. E nos anos seguintes passou por aqui, como Le Corbusier o senhor Piacentini, eminente professor da Universidade de Roma e não um arquiteto fascista ou do fascismo, mas o arquiteto com as maiores responsabilidades na arquitetura e no urbanismo do moderno Benito Mussolini. A cidade de São Paulo tem um legado magnífico de sua autoria, que é talvez o prédio moderníssimo, no sentido vulgar, de escritórios que aquele linguajar arquitetônico e artístico, aquela determinada busca de modernidade fez: é a sede antiga do grupo Matarazzo, no Viaduto do Chá. Vale a pena entrar no antigo edifício Matarazzo. Aquele linguajar é de uma modernidade aspirada; outra a do senhor Le Corbusier que veio marcar presença no Brasil.

Ora, precisamos considerar essas modernidades no seu caráter sincrônico e no seu caráter diacrônico, ou seja, tendo a consciência de que elas se sucedem no tempo, no século passado e no atual, mas que também acontecem ao mesmo tempo, como é o caso dos anos 30, a que me referi. Não se trata, portanto, de caos geométrico. Isso tem sentido, de um modo ou de outro, dependendo da aspiração de modernidade que nós tenhamos. Os senhores têm? Qual é a aspiração de modernidade dos senhores? E a do presente governo da república? E a do governo do Paraná? Não sei se há diferença. Os senhores já escolheram em quem vão votar para vereador?

Em relação à observação, muito pertinente, do professor João Batista, de que sentiu na minha fala – e tem toda razão – a questão da cidade em relação com a região. A cidade, que é o lugar, reunindo e concentrando tanta coisa, tanta gente, tanta idéia e até, tanta aspiração de modernidade, comandando há séculos, nesta civilização que vem da Europa, a região. Isto se rompeu, pois exatamente o que colocamos no texto, como preocupação, é que a cidade não manda mais nem mesmo nos seus pés. O governo do lugar, em que instân-

cia estiver, está solapado, lhe tiraram o tapete e, no âmbito de sua pequena paisagem, ele perdeu o pé de seu *paese*, do seu *hamlet*. Está solapada a sua autoridade em casa – digamos, forçando um pouco – intra-muros a cidade não se governa. É o quadro claríssimo que vemos no jornal todo dia.

Moro em uma cidade totalmente neurótica, sem horizonte, fascinante na dinâmica e na fragmentação injusta que tem, que é São Paulo. Está na mesma e, no entanto, detém o terceiro orçamento da república. O governo de São Paulo só tem menos dinheiro que o governo da união e o governo do estado de São Paulo. Nos últimos anos, ultrapassou o Rio de Janeiro e o estado de Minas em termos de dinheiro arrecadado. Mas em termos de fragmentação, é o pior exemplo. Como já foi apontado pelos dois colegas de mesa, Londrina, com sua riqueza – e ela é enorme em termos relativos de Brasil – já ostenta esses fragmentos que não querem se justapor, mas têm que fazê-lo. Daí as cercas, as guaritas, os muros, e as voltas “por cima e por baixo”, convenhamos, que são feitas – com todo o respeito aos eventuais colegas advogados presentes – em termos jurídicos, com essa coisa nova que “pegou” que são os condomínios horizontais. Vamos voltar às cidades da Idade Média? Eu não quero. Esta modernidade eu não quero.

Agora, vou provocar o doutor Kleber. E essa organicidade? Que modernidade aspiramos? Nesse sentido, a região “dançou”. Se o governo do lugar também “dançou” para cuidar das coisas locais – e aí estão os aspectos físicos, urbanísticos, arquitetônicos, do espaço – se ele está impotente perante isso, imaginem essa ascendência que há séculos, se não há milênios, a civilização européia tem sobre a região. Não é de graça que, quando se coloca questões sobre a globalização, se faz a contração do mundo com o lugar e não com a região. O que se vê é um refluxo da questão regional. O que se vê é a fragmentação também numa escala maior de mundo que se pretende ou vai se tornando global, reforçar-se a posição do local, do lugar, na aceção dos

geógrafos. Aí sim, se perdeu ou minguiu a presença da região.

A observação muito perspicaz do professor João Batista, é perfeita: e a produção industrial na cidade? Não existe mais? A observação passou a impressão de um quase que deter-se ao consumo, às questões do consumo, às relações da cidade com o consumo. Ele tem toda a razão! Não será isto, no entanto, que estamos vivendo nesta outra fase e que encontramos por toda parte? O que é essa globalização? Alguns concluem, com muita clareza, como sendo uma palavra perigosa, delimitadora e sectária.

Quando tocou aquele telefone ², que é um instrumento dessa agilização dos contatos, e desse roubo a mão armada que fazem do tempo para pensar, do tempo para conversar... A gente se embaralha agora em ondas hertzianas que, aliás são propriedade do governo da União.

A cidade, este mundo de globalização, seria um momento novo de mundialização. Seja o que for, este momento novo tem exatamente toda a sociedade voltada sobretudo para o consumo, ou seja, a tônica desse momento capitalista de final do século XX, de fim do segundo milênio, é de ênfase – não de exclusividade, mas de ênfase – não mais na produção e naquilo que se convencionou chamar nas línguas anglo-saxônicas de taylorismo ou, se quiserem, de fordismo mas sim em outra faceta: o consumo, com a comunicação a seu dispor.

Aquele telefone celular, a televisão, o rádio, e agora toda a carga informática das WEBS, NETs, etc., a serviço desse comprar, desse mercado que se quer ampliar no mundo, no Brasil (com a população de 160 milhões). Então, concordo com o professor João Batista, mas gostaria de transmitir um pouco desta preocupação também com a ênfase no consumo. Se tem razão o Kleber em sentir uma melancolia, e tem porque inteligente ele é, vale a pena insistir com ele e com todos a procurarem esse trabalho fascinante, o último

do Néstor Canclini. Não é uma visão cética, pelo contrário; ele se revolta, mas vê esse liberalismo que nasceu há duzentos anos e que não era “sopa” não. Não eram mausinhos nem bonzinhos, eram corruptos e não-corruptos, eram Danton e Robespierre. Tinha guilhotina, mas quem faria de outra forma, neste mundo em que nasceu o cidadão e o consumidor?

Claro que na minha fala – e eu agradeço a presença de todos – estava a preocupação do consumidor buscar os caminhos possíveis para um resgate, não deste ou daquele desenho geométrico orgânico, fragmentado ou não, mas de uma sociedade em que se resgate o cidadão. Será que isto é possível ainda? Se há uma possibilidade – e esta é uma aspiração válida – é nessa modernidade que eu também não saberia balizar e gostaria que não fosse pós alguma coisa. E eu terminaria com uma frase que anotei do professor João Batista, um trecho, desculpe-me, tirando-o do contexto, mas que fecha o debate dentro desta preocupação com a cidadania: a consciência de que este moderno e esta modernidade ou aspirações de modernização são históricos e, portanto, mudam. Será que dá para continuarmos a ser cidadãos?

Obrigado.

² O expositor refere-se ao som do telefone celular que se ouvia na sala.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. 268 p.
- HARVEY, David. **Condition of postmodernity: an inquiry into the origins of cultural change**. Oxford: Blackwell, 1990. 378 p.
- LEPETIT, Bernard. Une hermeneutique urbaine est-elle possible? In: **CONGRESSO BRASILEIRO DA HISTÓRIA DA ARTE, 5., São Paulo: 1993**. Anais. São Paulo: ECA-USP, 1995. p. 25-34.
- MULLER, N. L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 22, mar. 1956
- PERNIOLA, Mario. **Enigmas: o momento egípcio na sociedade e na arte**. Venda Nova: Bertrand, 1994. 119 p. (Últimas Letras)
- PRANDINI, N. Aspectos da geografia urbana de Londrina. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. n 6, 1951-52.
- RONCAYOLO, Marcel. **La ville e et ses territoires**. Paris: Gallimard, 1990. 278 p.
- SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel/Secretaria de Estado da Cultura, 1990. 117 p. (Cidade Aberta)
- _____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.